

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



DESEMPENHO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO SEMIÁRIDO E NÃO SEMIÁRIDO CEARENSE NO PERÍODO DE 2017 A 2019

Cícero Vinicius Souza Brito¹, Eliane Pinheiro de Sousa²

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública que busca oferecer alimentação saudável e adequada no âmbito escolar e promover o fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que o artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, estabelece que no mínimo 30% dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser investidos na agricultura familiar. Nesse contexto, este estudo se propõe a avaliar o desempenho do PNAE nos municípios cearenses que integram o semiárido vis-à-vis os que não compõem essa região quanto ao cumprimento desse artigo, no período de 2017 a 2019. Para cumprir este objetivo, utilizou-se o método descritivo a partir de dados do montante transferido do PNAE à agricultura familiar, extraídos do FNDE. Os resultados apontam que, ao longo do período considerado, percebe-se uma maior adesão de municípios cearenses pertencentes aos dois grupos analisados (semiárido e não-semiárido) que passaram a destinar pelo menos 30% dos recursos do PNAE para a agricultura familiar, cumprindo, portanto, a referida lei, que tem contribuído com o fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: PNAE. Agricultura familiar. Municípios cearenses semiáridos e não semiáridos.

1. Introdução

As condições climáticas predominantes na região semiárida nordestina e, conseqüentemente, nos municípios do Ceará interferem de forma direta nas atividades agropecuárias, sobretudo na agricultura familiar, de modo a prevalecer a lavoura de "sequeiros" (COSTA FILHO et al., 2023). Segundo Salviano (2021), esse tipo de atividade agrícola depende exclusivamente das precipitações pluviométricas e exercem papel relevante na agricultura local, em termos de formação da renda para as famílias rurais e geração de segurança alimentar, porém se defronta com dificuldades de acesso a tecnologias que minimizam os efeitos da escassez hídrica.

Para Silva et. al. (2019), o setor agrícola não se comporta de maneira homogênea, pois os agricultores situados no semiárido deparam-se com condições geográficas, culturais, históricas e institucionais distintas, que influenciam a produtividade e a eficiência técnica. Nas colocações de Andrade et al. (2015, p. 81), "essas distintas realidades são responsáveis pela interferência e/ou pela dificuldade encontrada pelos agricultores familiares para

1 Universidade Regional do Cariri, email: vinicius.souzab@urca.br

2 Universidade Regional do Cariri, email: eliane.pinheiro@urca.br

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



acessar os recursos existentes, principalmente nas regiões mais pobres, como o semiárido brasileiro”.

Dessa forma, tendo em vista a heterogeneidade ocorrida em regiões semiárida e não semiárida, torna-se importante avaliar o desempenho do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios cearenses que integram ou não essas áreas. Este programa é assegurado pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009, que consiste no repasse de recursos financeiros federais para a alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional para estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O artigo 14 dessa lei estabelece que, no mínimo, 30% do valor dos recursos federais do PNAE repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2009). Diante da relevância do artigo 14 da referida lei, estabelece-se a seguinte questão: Os municípios cearenses que integram a região do semiárido vis-à-vis que não compõem essa região cumpriram este artigo 14 durante o período de 2017 a 2019?

2. Objetivo

Avaliar o desempenho do PNAE nos municípios cearenses que integram a região do semiárido vis-à-vis que não compõem essa região quanto ao repasse de no mínimo 30% dos recursos dessa política governamental para a agricultura familiar nos anos de 2017 a 2019.

3. Metodologia

Antes de se reportar ao método utilizado e a fonte dos dados considerados, é importante caracterizar a área de estudo. Desse modo, de acordo com a Sudene (2017), para uma área ser classificada como semiárida, ela deve apresentar uma precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, deficiência hídrica em percentagem da evapotranspiração potencial igual ou inferior a 0,50, além de um percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. De posse dessas características e considerando a classificação estabelecida no documento da SUDENE (2017), tem-se que, dos 184 municípios pertencentes ao estado do Ceará, 175 deles compõem o semiárido brasileiro. Sendo assim, não apresentaram indicativos de semiaridez os municípios cearenses de Fortaleza, Paracuru, Paraipaba, Eusébio, Aquiraz, Pindoretama, Pacatuba, Itaitinga e Maracanaú, representando, portanto, o grupo dos municípios não semiáridos do Ceará.

Para execução deste estudo, utilizou-se análise descritiva e gráfica baseada nos dados dos repasses do PNAE para agricultura familiar nos anos de 2017 a 2019, extraídos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A escolha desse período foi atribuída à disponibilidade dos dados e a classificação da Sudene (2017) quanto aos municípios cearenses que integram a região semiárida, bem como os que não fazem parte dessa região.

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



4. Resultados

No ano de 2017, a respeito dos municípios que cumpriram o artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16/06/2009, constatou-se que, dos 175 municípios que fazem parte da região semiárida cearense, 105 não repassaram nem 30% dos recursos do PNAE para a agricultura familiar. Logo, 60% não cumpriram este artigo supracitado. No tocante às nove cidades que não integram o semiárido, os dados mostraram que sete delas não repassaram nem 30% dos recursos do PNAE para a agricultura familiar, de forma que apenas Eusébio e Aquiraz cumpriram esta lei. Assim, 78% desses municípios não cumpriram esta lei.

Em 2018, dos 175 municípios do semiárido cearense, Acarape, Barroquinha, Caririaçu, Frecheirinha, Icó, Senador Sá e Tauá não receberam recursos do PNAE. Assim, dos 168 municípios do semiárido que receberam recursos do PNAE, 51 não repassaram o mínimo de 30% para a agricultura familiar. Logo, 30% não cumpriram o artigo 14 da Lei nº 11.947. Já dos nove municípios que não fazem parte do semiárido, apenas Fortaleza, Maracanaú e Pindoretama não repassaram o mínimo de 30% para a agricultura familiar. Nesse sentido, constata-se que 33% não cumpriram esta lei.

Em 2019, cabe ressaltar que Pindoretama, município que não faz parte do semiárido, foi o único que não recebeu repasses do FNDE para o PNAE. Neste sentido, analisando o cumprimento do artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16/06/2009, destaca-se que, dos municípios cearenses que fazem parte do semiárido, 129 repassaram 30% ou mais dos recursos do PNAE para a agricultura familiar. Percebe-se, portanto, que, no tocante aos municípios cearenses do semiárido, 73,71% cumpriram o artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Por outro lado, quanto aos municípios da região não semiárida cearense, verifica-se que, das oito cidades que receberam recursos do PNAE, apenas Fortaleza e Pacatuba não fizeram o repasse de no mínimo 30% dos recursos para a agricultura familiar. Logo, dos municípios cearenses que não integram o semiárido e receberam recursos do PNAE, 75% cumpriram o artigo 14 em epígrafe.

Ao se analisar os três anos considerados, observa-se que embora Fortaleza tenha se destacado com o maior montante de recursos repassados do FNDE para o PNAE, não destinou pelo menos 30% para aquisição dos produtos da agricultura familiar, portanto, não cumpriu o artigo 14 da referida lei, objeto de estudo deste trabalho. Esse resultado pode estar associado ao fato atribuído por Lucena e Sousa (2020, p. 4-5) "que as maiores regiões possuem menos áreas destinadas à agricultura familiar, bem como as justificativas fundamentadas na literatura que os municípios de grande porte demonstram menor capacidade de realização de compras do PNAE".

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

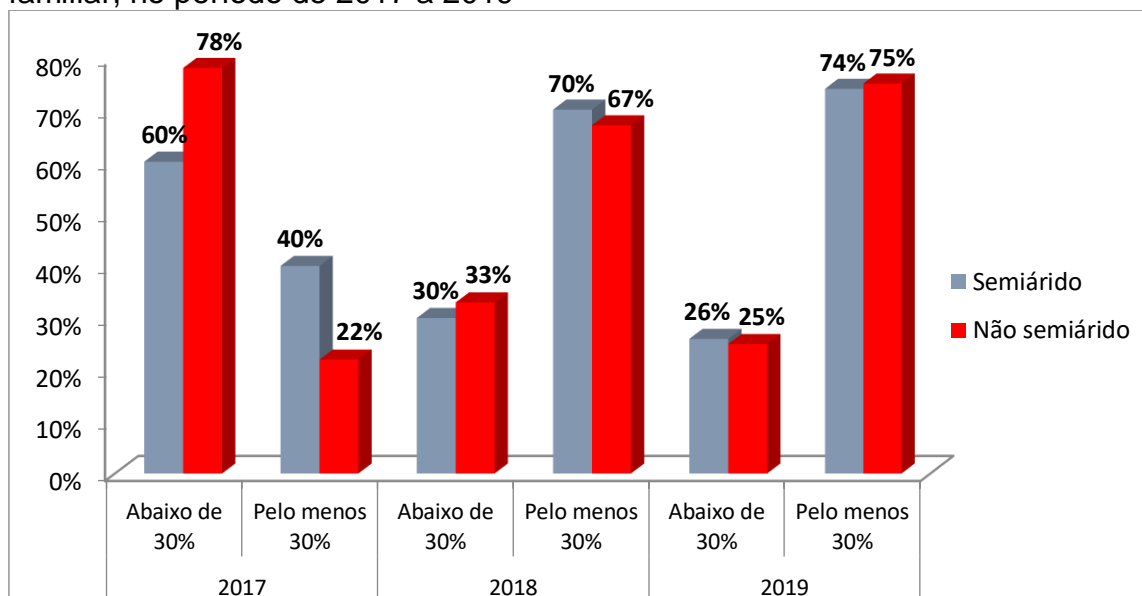
XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



Gráfico 1 - Desempenho dos municípios cearenses pertencentes ao semiárido e não semiárido quanto aos recursos do PNAE repassados para a agricultura familiar, no período de 2017 a 2019



Fonte: Elaborada pelos autores com dados da FNDE (2015)

5. Conclusão

Esta pesquisa busca verificar o cumprimento do artigo 14 da Lei 11.947/09 nos municípios cearenses que integram o semiárido vis-à-vis os que não compõem essa região, isto é, se estes investem pelo menos 30% dos recursos transferidos pelo FNDE no âmbito do PNAE na aquisição de produtos da agricultura familiar, no período de 2017 a 2019.

A partir dos resultados obtidos, verifica-se que o cumprimento da lei registrou uma melhoria, durante o período considerado, nos dois grupos de municípios analisados (semiárido e não-semiárido), haja vista o crescente percentual de municípios cearenses que destinaram pelo menos 30% dos recursos do PNAE para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

6. Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) da Universidade Regional do Cariri (URCA).

7. Referências

ANDRADE, Á. A. X.; SILVA, G. B.; ANDRADE, N. X. O acesso às políticas públicas no semiárido e seu reflexo na heterogeneidade da agricultura familiar: o PNAE em Boquira-BA. **Extensão Rural**, v. 22, n. 2, p. 79–97, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/15443>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"



BRASIL. Planalto. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 10/08/2023.

COSTA FILHO, J.; CRUZ, M. P. M.; LIMA, F. A. X.; ARAUJO, J. A. Nível de modernização na agricultura familiar do semiárido no Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 12, n. 01, p. 242-265, jan./abr. 2023.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados da Agricultura Familiar.** 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 10/08/2023.

LUCENA, M. A.; SOUSA, E. P. Aquisições da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas Regiões Metropolitanas do Ceará, 2011-2017. In: V Semana Universitária da URCA e XXIII Semana de Iniciação Científica, 2020. **Anais [...]**. Crato, CE, 2020.

SALVIANO, J. I. A. **Relações entre instabilidades das chuvas e indicadores de produção de lavouras de sequeiro no semiárido cearense, Brasil.** 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SILVA, F. P. D.; ARAUJO, J. A.; COSTA, E. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. (2019). Eficiência técnica e heterogeneidade tecnológica na agropecuária das regiões semiárida e não semiárida do Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 379-395, 2019.

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Análise de recursos** – Grupo de Trabalho para delimitação do semiárido. Brasília, 2017a. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/analise-de-recursos-gt-do-semiarido-ministerio-da-integracao-nacional>>. Acesso em: 16 nov. de 2023.